

HABEAS CORPUS Nº 546.934 - RJ (2019/0349108-8)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : LUIZ FELIPE ALVES E SILVA E OUTRO
ADVOGADOS : GILBERTO FERREIRA PEREIRA - RJ126353
LUIZ FELIPE ALVES E SILVA - RJ156182
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : MARCOS PAULO NOGUEIRA MARANHÃO
PACIENTE : WILLIAN LUIS DO NASCIMENTO
PACIENTE : FABIO DA SILVEIRA SANTANA
PACIENTE : MARCIO DE OLIVEIRA SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de MARCOS PAULO NOGUEIRA MARANHÃO, WILLIAN LUIS DO NASCIMENTO, FABIO DA SILVEIRA SANTANA e MARCIO DE OLIVEIRA SANTOS em face do acórdão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, assim ementado (fls. 290/293):

CORREIÇÃO PARCIAL (RECTIUS: RECLAMAÇÃO). CRIMES DE HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO, FRAUDE PROCESSUAL MAJORADA E OCULTAÇÃO DE CADÁVER. ART. 121, § 2º, INC. IV, C/C ART. 14, INC. II, ART. 347, PARÁGRAFO ÚNICO, E ART. 211, TODOS DO CÓDIGO PENAL. PRETENDE A DEFESA VER CASSADA A DECISÃO QUE INDEFERIU O SEU PLEITO DE REABERTURA DO PRAZO DE CINCO DIAS, PREVISTO NO ART. 422 DO C.P.P., PARA QUE A DEFESA POSSA ARROLAR SUAS TESTEMUNHAS, JUNTAR EVENTUAIS DOCUMENTOS E REQUERER AS DILIGÊNCIAS QUE ENTENDER NECESSÁRIAS.

RECLAMAÇÃO CONHECIDA, SENDO, NO MÉRITO, JULGADA IMPROCEDENTE.

Consoante se extrai dos autos, a Juíza de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca da Capital, nos autos da ação penal n.º 0175042-80.2008.8.19.0001, proposta contra Marcos Paulo Nogueira Maranhão, Willian Luís do Nascimento, Fábio da Silveira Santana e Márcio de Oliveira Santos, pela suposta prática dos crimes de homicídio qualificado tentado, fraude processual majorada e ocultação de cadáver, inculpidos no art. 121, § 2º, inc. IV, c/c art. 14, inc. II, art. 347, parágrafo único, e art. 211, todos do Código Penal, indeferiu o pleito de reabertura do prazo de 5 (cinco) dias previsto no art. 422 do C.P.P., formulado pela Defesa com vias à apresentação do seu rol de testemunhas, a juntada dos eventuais documentos e requerimento das diligências que entender cabíveis, **em sede de preparação do feito para julgamento em Sessão Plenária do Tribunal do Júri, amparando-se tal pretensão defensiva no argumento de que os causídicos constituídos pelos réus não**

teriam sido devidamente intimados sobre a abertura do citado prazo processual preparatório, posto que tal intimação teria se dado em nome do ex-patrono dos reclamantes, já falecido, de maneira que o indeferimento em apreço, ora impugnado, teria ensejado o cerceamento à ampla defesa.

Consigne-se que, a correição parcial tem previsão no art. 219 do CODJERJ (Resolução n.º 01, de 21/03/1975), importando mencionarmos, a propósito, que a correição parcial é também nominada de “reclamação”, como se observa dos arts. 102, I, “I”, e 105, I, “F”, da CRFB, e, ainda, do RISTF (arts. 156 a 162) e RISTJ (arts. 187 a 192).

Pontue-se que, a correição parcial não constitui medida apta a impugnar o error in judicando, e sim o error in procedendo, consoante resoa do art. 219 do CODJERJ, pressupondo-se a existência de um gravame causado pela omissão ou despacho impugnado, cujo vício o “corrigente” pretende ver reparado mediante manifestação do órgão jurisdicional ad quem, para que este determine ao órgão a quo que o amolde à lei.

Ressalte-se que, a Constituição Federal de 1988 subordinou o processo penal pátrio à égide do sistema acusatório, em que as funções de julgar, de acusar e de defender são atribuídas a órgãos distintos, não podendo o órgão julgador chamar para si as iniciativas no processo, nem da parte acusatória e nem tampouco da parte ré, considerando-se vigir, como regra, o princípio dispositivo quanto ao ônus probatório, repartindo-se este igualitariamente, tanto na esfera processual civil (art. 373, incs. I e II, do C.P.C.) como na seara processual penal (art. 156, caput, do C.P.P.), incumbindo aos interessados a proposição e produção, cada qual, de suas provas. Somente em caráter excepcional, o órgão julgador poderá determinar/ ordenar a produção de provas (art. 370 e § único do C.P.C. e art. 156, incs. I e II, do C.P.P.).

Averbe-se que, tanto a nossa Constituição Republicana pátria quanto as normas infraconstitucionais preveem determinados impedimentos aos magistrados, e, ao assim fazê-lo, por certo, além de consagrarem as garantias políticas destes, com vias a tutelarem a sua independência funcional, asseguram às partes litigantes o direito à imparcialidade, objetivando-se efetivar a democratização do processo.

Tal garantia de imparcialidade é de tamanha importância para as partes no processo, que se encontram previstas em normas de sobredireito, presentes em Instrumentos Internacionais dos quais o Brasil é signatário (Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 10/12/1948, art. X; Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, de 16/12/1966, art. 14; Convenção Americana sobre Direitos Humanos [Pacto de San José da Costa Rica], de 22/11/1969, art. 8º).

Na espécie, o fato de a Juíza Presidente do Júri ter indeferido a reabertura de prazo requerida pela parte (no caso, a Defesa dos réus) não vem a configurar error in procedendo passível de correição parcial, haja vista que se revelou amplamente demonstrada, nos autos, a índole protelatória da pretensão ora veiculada pela Defesa, considerando-se não somente que esta já se encontra, há muito, inequivocamente ciente do momento processual em curso, de sorte que já poderia ter

apresentado o seu rol de testemunhas e todos os requerimentos possíveis e imagináveis, visando a preparação do feito para julgamento em Sessão Plenária, caso assim desejasse, de fato, fazê-lo, no que salta aos olhos, ainda, a inverdade do argumento recursal concernente à suposta exiguidade do tempo de representação processual dos réus pelos atuais patronos constituídos, posto que um dos causídicos que subscrevem a presente reclamação já atua nos autos de origem há mais de dez anos, em defesa dos acusados, desde o proêmio do feito, porquanto figura em praticamente todas as peças defensivas desde a defesa prévia, de maneira que o mesmo já se encontra exaustivamente a par de todos os detalhes da ação penal, não tendo cumprido, pois, o ônus processual que se lhe atribui, na fase preparatória do art. 422 do C.P.P., tal como deixou de comparecer à Sessão Plenária designada, sem ter apresentado a devida justificativa para tanto, com o nítido objetivo de se protelar ainda mais o derradeiro julgamento de seus clientes, no âmbito de um feito que já vem se estendendo desde 2008, sem que se tenha alcançando, ainda, a prestação jurisdicional almejada.

Noutro aspecto, cumpre sublinharmos que os atos processuais oportunizados às partes durante o prazo previsto no art. 422 do C.P.P., com vias à eventual complementação das provas a serem produzidas perante o Conselho de Sentença, em sede do julgamento final da causa por seus Juízes Naturais, dizem respeito ao aperfeiçoamento probatório que se vê facultado às partes, não sendo obrigatório, e estando sujeito à preclusão, ante o seu não exercício no prazo previsto.

A este respeito, cumpre assinalar-se, aqui, que o juízo de admissibilidade das provas é ato privativo do Magistrado, enquanto destinatário final das mesmas (ou zelando para que se preserve a idoneidade probatória aos Jurados), e a quem incumbirá, pois, avaliar a conveniência das diligências eventualmente requeridas pelas partes, sopesando a real necessidade de se produzirem tais e quais provas para o esclarecimento da verdade, devendo, outrossim, indeferir aquelas que lhe pareçam irrelevantes, impertinentes ou protelatórias, em estrita observância ao comando inserto no § 1º do art. 400 do C.P.P.

Logo, não se pode prestigiar, aqui, a intenção protelatória dos reclamantes, em contrariedade aos princípios da boa-fé, da lealdade e da cooperação processuais, devendo ser retomado o regular andamento do feito, rumo ao fim a que se destina.

Pelo exposto, evidenciada a intenção protelatória por detrás da pretensão ora veiculada, torna-se inoportuno o pleiteado prolongamento da instrução criminal, acertadamente evitado pela Julgadora de primeiro grau, em observância ao adágio constitucional da razoável duração do processo. Precedentes.

RECLAMAÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE, para tornar sem efeito a liminar anteriormente deferida.

Consta dos autos que o juízo de primeiro grau designou Sessão do Plenário do Júri para o dia 9/12/2019.

Inconformada, a defesa opôs correição parcial/reclamação, que foi julgada improcedente assim como tornou sem efeito a liminar outrora deferida.

Daí o presente *writ*, em que o impetrante sustenta, em síntese, cerceamento do direito de defesa dos réus, visto que se designou audiência no Plenário do Júri sem a observância do art. 422 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, que *a defesa técnica seja de forma efetiva e correta intimada a cumprir referido dispositivo legal, e somente após serem levados a Julgamento perante o Tribunal do Júri*, e suspensão dos efeitos da decisão que designou sessão plenária para o dia 9/12/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Compulsando os autos verifica-se, neste juízo inicial, que houve a intimação da defesa para se manifestar nos ditames do art. 422 do Código de Processo Penal, todavia, o patrono dos pronunciados veio a falecer.

Em 4/4/2019 o Juiz de primeiro grau, diante da inércia da defesa, intimou com urgência o acusado, a fim de constituir novo patrono no prazo de 5 dias, para se manifestar na forma do art. 422 (fl. 64).

Em 29/5/2019, a defesa dos pacientes relatou que não foi possível protocolizar petição no sistema eletrônico do Tribunal. Em 5/6/2019, o Juiz designou a data de 5/9/2019 para a realização da Sessão do Júri.

Ocorre que, em 17/9/2019, houve uma nova manifestação do juízo *considerando-se a ausência não justificada da defesa técnica à sessão de julgamento, bem como o envio de intimação acerca da nova data designada para o julgamento em plenário e a intimação dos acusados na referida assentada, cabe ao patrono ser diligente quanto ao cumprimento da regra disposta do artigo 422 do CPP, considerando que o julgamento estava designado para 05/09/2019, tendo sido adiado para 26/09/2019, ou seja, mais de 20 (vinte) dias após, a fim de que fosse diligenciado acerca do requerido a fls. 4539/4541* (fl. 251).

Em seguida a defesa técnica interpôs a correição parcial, que em liminar suspendeu a execução do despacho, e, no mérito, o Tribunal estadual negou provimento, cassando a liminar anteriormente deferida. Diante disso, designou-se 9/12/2019 para a Sessão Plenária (fl. 274).

Ainda assim, a defesa não cumpriu o que está previsto no art. 422 do CPP.

Ademais, *considerando que o patrono dos réus já conhecia o presente*

Superior Tribunal de Justiça

processo desde o oferecimento da defesa preliminar, em 17 de julho de 2009, conforme anteriormente afirmado, o esperado, segundo atuação transparente e de boa-fé, é que sua manifestação na ocasião da petição de pdf. 4424 fosse no sentido de cumprir os despachos anteriormente proferidos e manifestar-se nos termos do artigo 422 do Código de Processo Penal. Contudo, silenciou a respeito.

Diante disso, neste juízo liminar, não há ilegalidade a ser sanada melhor cabendo o exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações em especial.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator